

## **Aprendizagens e Territórios: Novos rumos para a Educação do Século XXI<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

O Programa Educar para Transformar está alicerçado em cinco eixos, entre os quais destacamos, pelos propósitos desse texto, o “Fortalecimento da Educação Básica” e a “Educação Profissional”, visando à melhoria da qualidade da educação pública na Bahia.

Para operacionalização desse objetivo, a SEC, no planejamento estratégico para o biênio 2017-2018, vem desenvolvendo um conjunto de ações voltadas à melhoria da aprendizagem dos/as estudantes, aos ambientes de aprendizagens contextualizados com o século XXI e a uma educação contextualizada com o território e sua economia.

Nessa perspectiva, a Jornada Pedagógica (JP) 2018 ao trazer como tema “Aprendizagens e Territórios: Novos rumos para a Educação do Século XXI”, apresenta uma intencionalidade pedagógica pautada na compreensão do direito dos/as estudantes à aprendizagem e no reconhecimento do seu território, enquanto espaço legítimo de pertencimento dos sujeitos, das condições materiais de produção da sua existência, do modo de vida e das formas de ser e de estar no mundo.

Esse texto busca fornecer subsídios para as discussões a serem realizadas durante a JP 2018 e a materialização delas no planejamento anual da ação educativa, no âmbito da unidade escolar. Assim, é imprescindível que as unidades escolares organizem suas práticas, tendo como objetivos estratégicos: a melhoria da aprendizagem dos estudantes, ambientes de aprendizagens contextualizados com o século XXI e educação no território e sua economia. É nessa sequência que o texto foi estruturado.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado por gestores da SUPED para utilização na Jornada Pedagógica 2018.

## 1. MELHORIA DA APRENDIZAGEM

Na discussão sobre a melhoria da aprendizagem, apresentaremos a concepção de aprendizagem que vem orientando o currículo da Rede Estadual de Ensino, assim como os ambientes onde ela se dá e as condições sob as quais ela ocorre.

Com base em uma visão sociointeracionista, compreendemos que o sujeito aprende na interação com o ambiente e nas relações que estabelece com o outro. Esse outro são as pessoas com as quais interagimos no nosso dia a dia, em diferentes espaços e situações formais e informais. Ele, também, “pode se manifestar por meio de objetos, da organização dos ambientes e dos significados contidos que impregnam os elementos do mundo cultural que rodeia o indivíduo” (OLIVEIRA, 1996, p.57).

Para Vygotsky (1998), pensador russo, expoente do sociointeracionismo, os aspectos sócio-culturais são determinantes para o processo de aprendizagem. Nesse sentido, a aprendizagem não decorre de um processo inato, mas é o resultado da combinação da bagagem biológica e das interações do sujeito com o mundo. A inteligência assim é construída pelo sujeito, a partir da quantidade e, sobretudo, da qualidade das aprendizagens que ele faz ao longo da vida.

Desde o nascimento, interagindo com o meio, nas mais diversas situações, em espaços não formais e formais, o sujeito aprende. Como espaços não-formais estão casas, aldeias, ruas, praças públicas, igrejas, templos, terreiros, campo de futebol, praias, parques, entre tantos outros. Como diz Carlos Rodrigues Brandão:

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações” (BRANDÃO, 1985. p. 7).

Como espaço formal está a escola, espaço instituído socialmente para a produção de conhecimentos. Ao longo do tempo, essa escola foi se modificando,

sem perder de vista a sua função precípua: educar. Na atualidade, convivemos com diferentes modelos de escolas, contudo a sociedade contemporânea vem exigindo, sobretudo, uma escola que se volte para a formação humana integral do sujeito, onde as dimensões cognitiva, física, social e afetiva sejam consideradas.

No que se refere às dimensões cognitiva, física e social identificamos avanços nas práticas educativas, especialmente no que se refere ao currículo da Educação Básica e suas Modalidades. Quanto à dimensão afetiva, nos últimos anos, a discussão vem ganhando maiores proporções no meio educacional, mediante a necessidade de valorização da emoção e dos sentimentos como pilares da constituição do sujeito que aprende.

A afetividade é um aspecto importante na construção do conhecimento. Segundo Wallon (1975), ela é a mola propulsora que faz surgir o desejo de aprender, fortalecendo a autoestima dos sujeitos que aprendem. Entendemos que ela impulsiona o sujeito para os desafios inerentes à convivência e ao processo de ensino e da aprendizagem.

O processo de ensino e da aprendizagem a que nos referimos, nesse momento, é aquele que acontece na escola e que envolve a relação do/a professor/a e do/da estudante (criança, jovem, adulto/a, idoso/a). Como diz Oliveira:

“[...]diferentemente das situações informais em que a criança aprende por imersão em um ambiente cultural informador, na escola o professor (bem como outros agentes pedagógicos) é uma pessoa real, fisicamente presente diante daquele que aprende, com o papel explícito de interferir no processo de aprendizagem (e portanto de desenvolvimento), provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente” (OLIVEIRA, 1996, p. 57-58).

Nesse processo, a escola deve colocar o sujeito/estudante na centralidade da ação educativa, respeitando a trajetória de vida, os saberes construídos, a cultura dos/as estudantes sob a sua responsabilidade, visando a formação de um sujeito ativo, crítico, capaz de transformar, transformando-se.

Para que isso ocorra, é necessário repensar a prática educativa, no coletivo da unidade escolar, por meio do/da:

- ✓ fortalecimento da gestão democrática da escola, ampliando os mecanismos de gestão;
- ✓ construção de um Projeto Político Pedagógico, considerando as especificidades da comunidade que atende, oferecendo aos/as estudantes oportunidades para a construção do seu projeto de vida;
- ✓ fortalecimento das relações interpessoais entre os diversos segmentos da comunidade escolar e local, permeadas pelo respeito à diversidade, ética, empatia, alteridade, colaboração, entre outros;
- ✓ engajamento do/a estudante com o seu processo de aprendizagem;
- ✓ compromisso do/da professor/a com seu papel social, o que envolve um posicionamento político, auto-reflexivo e uma competência técnica;
- ✓ comprometimento da família dos/das estudantes no desenvolvimento acadêmico dos/das seus/as filhos/as.

Acreditamos que o conjunto de práticas relacionadas acima contribua para um processo de melhoria da ação educativa que reverberará sobre a melhoria da aprendizagem dos/as estudantes, o que exige uma ressignificação dos ambientes de aprendizagem contextualizados com a contemporaneidade.

## 2. AMBIENTES CONTEXTUALIZADOS NO SÉCULO XXI

Ambientes contextualizados no século XXI é um dos objetivos estratégicos da SEC para o biênio 2017-2018, com vistas à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Neste sentido, o convite é para que os sujeitos da educação repensem suas práticas observando: as tecnologias digitais e as novas configurações dos espaços escolares, que devem ser movimentos articulados e sincrônicos.

A tecnologia é um produto da ciência que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que devem estar à serviço do homem. Ela faz parte da vida de todos nós: crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as, independente da classe social. Das tarefas mais simples às mais complexas, utilizamos a tecnologia para o entretenimento e a resolução de problemas do dia a dia, inclusive na escola e na sala de aula.

Por muito tempo, o livro didático se constituiu como único recurso para o trabalho do/da professor/a em sala de aula. Com o advento da tecnologia, professores/as e estudantes utilizam *tablets*, lousas digitais, *datashow*, celulares, redes sociais e sites educativos como recursos didáticos. O desafio vem se constituindo no uso pedagógico desses recursos, de forma a favorecer o processo de ensino e da aprendizagem, nas diversas áreas do conhecimento, já que a ciência e a tecnologia estão interligadas, presidem a produção moderna e não podem ser desconsideradas pela escola.

As tecnologias digitais se constituem em uma revolução e exigem novas competências dos sujeitos e formas de ser e estar na sociedade contemporânea. A escola retrata de forma visceral as necessidades de atendimento aos/as estudantes que fazem uso da tecnologia no seu dia a dia, tanto formal quanto informalmente. Eles a utilizam como espaço de expressão e aprendizagens: comunicam-se, pesquisam, obtém e dão notícias, além de apropriar-se dos conteúdos pedagógicos de forma dinâmica e lúdica. É imprescindível que a escola busque atender a essa demanda que emerge dos/as estudantes, oportunizando o acesso à tecnologia como meio para a construção e produção de conhecimentos.

Outra possibilidade para o atendimento ao estudante na contemporaneidade é pensar e resignificar os espaços escolares, especialmente as salas de aula. Ainda que a arquitetura seja permanente, os processos e práticas pedagógicas estão em constante evolução e adequação aos contextos social e político. Por isso, cabe pensar na adaptabilidade e mutabilidade da arquitetura escolar (GOMES, AZEVEDO, 2016).

“Uma nova era que oferece múltiplas possibilidades de aprender, em que o espaço físico da escola, tão proeminente em outras décadas, neste novo paradigma, deixa de ser o local exclusivo para a construção do conhecimento e preparação do cidadão para a vida activa” (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p. 5).

As salas de aula podem ser o início dessa transformação no ambiente escolar, que pode começar com a mudança na disposição das carteiras e até com o uso de metodologias de ensino participativas, como ensino híbrido ou sala de aula invertida. Todavia, antes de importar modelos, o ideal é que os/as professores/as possam repensar suas práticas, adotando as modificações que fazem sentido para o contexto escolar ao qual está inserido. A seguir são apresentadas metodologias (Sala de Aula Invertida, Ensino Híbrido, Aprender Fazendo e Resolução de Problemas) que podem ajudar na ressignificação do ambiente escolar.

A **Sala de Aula Invertida** é uma metodologia que pretende uma aprendizagem mais autônoma, mediada por tecnologias. Cabe frisar que a referência às tecnologias não se encerra nas tecnologias digitais. A priori, pensar em sala de aula invertida pode significar a necessidade de produção e renovação dos materiais didáticos. No entanto, a adequação dos recursos disponíveis pode ser um caminho, no qual a leitura prévia ou a ressignificação do “dever de casa” pode contribuir para a melhoria da aprendizagem, se utilizados para estimular a criatividade e a autonomia dos estudantes.

No **Ensino Híbrido**, mescla-se a aprendizagem online e off-line. No momento online, estudantes organizam seu tempo e modo de estudo, optando por trabalhos individuais ou coletivos, valendo-se de livros, celular ou computadores. O importante é o/a estudante ter o controle dos seus estudos.

Na parte off-line, na escola, a valorização está na construção coletiva, na qual professores/as e estudantes trocam experiências. Momentos que se complementam e propiciam aos/as estudantes diferentes formas de aprender. O ensino híbrido pode ser uma possibilidade, especialmente, para as escolas que receberão em 2018, internet banda larga e o projeto E-nova Escola<sup>2</sup>.

Com o **Aprender Fazendo**, a aprendizagem é compreendida como construção de conhecimento, onde experiências concretas de mundo são reorganizadas e ressignificadas para o desenvolvimento de competências e habilidades. A concepção está fundada no aprendizado pela prática, estimulado pela pesquisa, experiência, criatividade e o trabalho colaborativo. Nesta concepção, os erros são valorizados como caminhos para o conhecimento, por meio de construções interdisciplinares. Para sua aplicabilidade, assim como em outras metodologias, novas configurações dos espaços escolares podem possibilitar aos/as estudantes multiplicidade de estímulos.

A metodologia baseada na **Resolução de Problemas** é uma forma acessível de ressignificar a aprendizagem no contexto escolar, na qual, por meio de situações, os/as estudantes são estimulados a adotar uma postura ativa, na busca pela resolução dos problemas. Neste momento, estudantes mobilizam uma série de habilidades e competências de maneira a construir conhecimentos. Esta metodologia também propicia interdisciplinaridade, na medida em que os problemas apresentados são explicados por diversas áreas do conhecimento, além de beneficiar o trabalho em grupo e colaborativo.

Muitas outras metodologias podem ser acrescentadas aqui e convergem no fato de contextualizar ambientes escolares no século XXI, o que significa tornar as aprendizagens significativas para os sujeitos da educação, favorecendo a troca de experiência e uma aprendizagem mais autônoma. Neste contexto, professores/as assumem caráter de medidores/as e favorecem a construção do conhecimento,

---

<sup>2</sup>Eric Rodrigues, professor de História da Escola Municipal Emílio Carlos, em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro (RJ) tem aplicado a metodologia do ensino híbrido em suas turmas. Conheça um pouco da sua experiência acessando <<http://porvir.org/ensino-hibrido-transforma-aula-de-historia-rio-de-janeiro/>>

respeitando e valorizando as diferentes formas de aprender. Adiante, discutiremos as dinâmicas territoriais e a consolidação das identidades locais.



### 3. EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO TERRITÓRIO E SUA ECONOMIA

A dialética socioespacial, a dimensão física, política/organizacional, simbólica/cultural e econômica situa a dinâmica territorial como resultante das interações entre essas várias dimensões, e projeta a territorialidade não como expressão somente da relação com o meio, mas de uma triangulação entre os sujeitos mediada pelo espaço (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004). Encontramos no território uma possibilidade latente de constituição das sociedades sustentáveis, cujas bases estão assentadas em formas não hegemônicas, fortalecendo os arranjos locais.

Na Bahia, o Território de Identidade, tomando como referência a Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014, que instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), se constitui como a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, sendo formado por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos (BAHIA, 2014a), contemplando tanto a dimensão ambiental e econômica, quanto a cultural, social e política, no desenvolvimento:

“A abordagem territorial do desenvolvimento busca estabelecer articulações entre o governo e sociedade, visando à promoção do desenvolvimento sustentável e a equidade no acesso a oportunidades sociais e econômicas e a cidadania. O objetivo é criar um ambiente de cooperação entre os atores sociais e potencializar as várias dinâmicas sociais e econômicas em curso em um determinado território, articulando-as a partir de um mesmo referencial de planejamento das políticas de desenvolvimento e das iniciativas locais” (BAHIA, 2010b).

Em “A Natureza do Espaço”, o prof. Milton Santos (1996), apresenta o território como uma configuração territorial definida historicamente, área/pedaço do espaço, Estado-nação e conjunto de lugares com uma constituição material. Diz também que:

“A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 1996, p.51).

Nesse sentido, a compreensão de território dada por Milton Santos (1996) é apontada como referência para a constituição dos Territórios de Identidade Baianos, aparecendo nos documentos oficiais, sendo as diretrizes para a implementação dessa Política de Desenvolvimento Territorial, segundo a Lei Nº 13.214:

“I - estabelecer estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;  
II - fomentar a coesão social e reduzir as desigualdades territoriais;  
III - valorizar o potencial de desenvolvimento dos Territórios de Identidade;  
IV - respeitar a diversidade cultural e territorial;  
V - promover o uso sustentável dos recursos naturais;  
VI - promover a inserção competitiva dos territórios baianos;  
VII - estimular o desenvolvimento da democracia participativa;  
VIII - promover a ação integrada dos entes federados.” (BAHIA, 2014).

A organização do Território de Identidade enseja pensar cada território como uma unidade territorial de planejamento, com reais possibilidades de construção de políticas e de diretrizes, que dialoguem com o desenvolvimento sustentável. No *lôcus* do território tornam-se possíveis as novas formas de solidariedade, parceria e cooperação entre sujeitos, o que pode também impulsionar novas dinâmicas de sustentabilidade social, econômica e ambiental local.

Os arranjos produtivos locais e a dinâmica da economia criativa podem, e devem produzir efeitos sobre a Educação Básica, aproximando o currículo das escolas das situações concretas, onde os conhecimentos escolares devem ser suporte para a interpretação e interferência no mundo.

O desafio da constituição de sociedades sustentáveis encontra, então, na dimensão dos territórios de identidade, uma via de possibilidades de construção e de consolidação de modos de melhor convivência, equacionando as demandas que

emergem do ambiente, da cultura, da sociedade, da política e da economia, na direção do desenvolvimento local.

A consolidação dos Territórios de Identidade, na medida em que estes se constituem como unidades de planejamento, potencializam as singularidades das comunidades face as suas nuances ambientais, econômicas, culturais e sociais.

Diante do exposto, compreendemos a importância da promoção de uma educação contextualizada no território e na economia e que nos convoca a refletir sobre o multidiverso e continental estado da Bahia, tão singular e tão plural, na tentativa de oferecer aos sujeitos centrais da educação, os estudantes, percursos de formação escolar que dialoguem com os seus contextos, cotidianos e concretos de vida.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contemporaneidade vem exigindo a formação de um sujeito para uma sociedade marcada pelo advento das tecnologias digitais. Com crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as cada vez mais conectados com essa tecnologia para comunicar-se, informar-se, entreter-se, a escola é convocada a repensar sua ação educativa, por meio de um Projeto Político Pedagógico que atenda aos sujeitos naquilo que é diverso e singular.

Os sistemas de ensino, por sua vez, são impulsionados pelas demandas da sociedade no atendimento às necessidades educacionais dos sujeitos com ofertas, cada vez mais, diversificadas para aqueles que buscam a escolarização.

Uma educação contextualizada com a vida, portanto, que faça sentido para os sujeitos, que reconheça seus territórios de identidade, que possibilite a formação integral, sem perder de vista a melhoria da aprendizagem e que seja capaz de tornar-se instrumento de transformação desse sujeito e do seu meio, é o desafio colocado para os sistemas de ensino na formulação da política educacional e dos seus planejamentos estratégicos.

O Estado da Bahia avança significativamente nesse sentido, com um movimento pela melhoria da qualidade da Educação na Bahia que envolve a todos/as para Educar e Transformar.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia – ProEASE**. Secretaria da Educação. Salvador: 2010. Disponível em: <[http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/canal\\_institucional/arquivos/Prog\\_ProjProease.pdf](http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/canal_institucional/arquivos/Prog_ProjProease.pdf)> Acesso em: 21 jan. 2018

\_\_\_\_\_. **Educação Profissional da Bahia e Territórios de Identidade: volume II**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – Salvador: DIEESE, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Educação Profissional da Bahia e Territórios de Identidade: volume II**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – Salvador: DIEESE, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável CODETER. 2014b.

BOSCH, E. (Org.). **Educação e Vida Urbana: 20 anos de cidades educadoras**. AICE: Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção. Primeiros Passos, 28 ed., 1993.

COUTINHO, C; LISBÔA, E. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI**. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, 2011, p. 5 - 22. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista\\_Educa%C3%A7%C3%A3o%2cVolXVIII%2cn%C2%BA1\\_5-22.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o%2cVolXVIII%2cn%C2%BA1_5-22.pdf). Acesso em: 21 jan. 2018.

GOMES, R. F. D. ; AZEVEDO, Giselle Arteiro . **A permanência espaço-temporal do edifício escolar: propostas de adequação de uso em uma escola pública de**

ensino fundamental do Rio de Janeiro. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Tecnologia do ambiente construído: desafios e perspectivas da internacionalização da construção, 2016, São Paulo. Anais do XVI Encontro Nacional de Tecnologia do ambiente construído: desafios e perspectivas da internacionalização da construção. São Paulo: ANTAC, 2016. v. 2. p. 2946-2958.

LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** RelumeDumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl; In **Pensar a Educação:** contribuições de Vigotsky. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_ **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS:** concepções de geografia, espaço e território. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Stampa, 1975